



Use o QRCode para acessar o Caderno Cultural na internet, com mais artigos e links citados.

## Uma história de misericórdia e esperança

Arte: Sergio Ricciuto Conte



Francisco Borba  
Ribeiro Neto\*

O desejo de perdão e reconciliação está inscrito no coração humano. Mesmo que tentemos negar, conhecemos nossas transgressões, nosso pecado está sempre diante de nós (cf. Sl 51,3). O amor que perdoa e reconstrói o vínculo despedaçado pelo mal é um elemento fundamental do anúncio cristão: Aquele sem pecado se oferece como sacrifício perfeito, santo e imaculado para a salvação dos pecadores. Contudo, até mesmo a gratuidade incomensurável da misericórdia pesa contra o pecador. Foi perdoado do mal praticado, mas os frutos do mal nem sempre são elimináveis. Foi perdoado e agora, movido pela gratidão sincera, quer corresponder ao dom recebido. Mas como?

A sabedoria da Igreja, ao longo dos séculos, precisava responder a essa questão – e não podia ser com uma resposta abstrata e conceitual apenas. O ser humano é uma criatura material. Conhece o mundo por meio da materialidade da vida, precisa de elementos concretos para assimilar – mesmo que pouco compreendendo – a profundidade do Mistério. Deus não precisa dos sinais externos que acompanha grande parte da religiosidade do povo católico, mas os fiéis precisam desses sinais para adentrar no Mistério insondável do amor com o qual são

*Os jubileus estão entre os eventos mais extraordinários da história da Igreja. Neles, sob as vicissitudes dos contextos históricos e das lutas por poder, o ser humano, com toda a materialidade de seu corpo e todo o querer de seu coração pecador, se amalgama à gratuidade da misericórdia divina. Para aqueles abertos aos sinais de Deus, é uma trajetória, tanto histórica quanto pessoal, plena de maravilhas. Neste Caderno Fé e Cultura, acompanhamos a história dos jubileus, desde o mundo hebraico antigo até nossos dias. Procuramos também retomar a sua espiritualidade, a partir de algumas obras de arte significativas – afinal, como diz um documento do Pontifício Conselho para a Cultura, “o belo nos diz mais sobre o verdadeiro e o bom”. Por fim, procuramos elucidar dúvidas e mostrar como participar do Jubileu 2025 também em São Paulo, sem peregrinar a Roma.*

agraciados. Tolo aquele que se considera suficientemente sábio para não precisar de sinais e gestos exteriores para conhecer o Incomensurável. Na verdade, não entendeu a imensa ternura com a qual Deus acompanha seu povo.

Mas, justamente porque somos tolos e infiéis, precisamos amadurecer no tempo para entender (um pouco melhor, nunca totalmente) as coisas de Deus. E é um tempo sempre cheio de contradições e erros, um desenvolvimento nunca linear e isento de pecados. Isso vale para cada um de nós, como pessoa, vale para todos nós, como povo. Com essa compreensão, ao conhecer a história dos jubileus cristãos, mergulhamos num comovente testemunho de gente pe-

cadora, “bestial como sempre, carnal, egoísta como sempre, interessada e obtusa como sempre foram, mas ainda assim sempre lutando, sempre reafirmando, sempre retomando sua marcha no caminho iluminado pela luz”, como diria T. S. Eliot (cf. *Corros de A Rocha*. Coimbra: Edições Tenacitas, 2014). Gente como nós, talvez um pouco pior, talvez um pouco melhor, que conhece a esperança que nasce do encontro com a misericórdia...

**Testemunho de esperança.** Nos jubileus, em nosso tempo de individualismo exacerbado, culto ao sucesso, ressentimentos justos e injustos, de que o ser humano mais necessita? Descobrir-se amado gratuitamente,

descobrir que seus erros e seus limites não dão a última palavra sobre seu destino, descobrir-se “misericordiado” (FRANCISCO. *Mensagem por ocasião da celebração do Jubileu Extraordinário da Misericórdia no continente americano*. Santa Fé, 2016). O Papa Francisco fez daquele fio condutor que perpassa todos os jubileus, o próprio tema do Jubileu Extraordinário de 2015.

Contudo, não bastava aprofundar a misericórdia. Para que ela dê plenamente seus frutos, precisa desenvolver-se como esperança, a irmã menor que porta avante a fé e a caridade, nas palavras de C. Péguy (cf. *Pórtico do Mistério da Segunda Virtude*. Lisboa: Paulinas, 2014). Assim, Francisco escolheu a esperança como tema do Jubileu de 2025.

O Jubileu 2025 nos convida a um duplo caminho. Precisamos compreender o que a esperança cristã significa para nós mesmos, nos afastando das ilusões de uma espécie de força do pensamento positivo cristão. Ao mesmo tempo, somos chamados a nos tornarmos portadores de esperança, com o testemunho e com obras que levem efetivamente a esperança, também no plano material, àqueles que sofrem, aos pobres, aos doentes, aos encarcerados – viver a experiência cristã com aquela integralidade que já está presente no jubileu hebraico do Antigo Testamento.

\* Sociólogo e biólogo, editor dos Cadernos Fé e Cultura e Fé e Cidadania do jornal O SÃO PAULO

# A misericórdia e o perdão restauram o mundo

*Os Jubileus, entre o povo judeu, tinham um profundo significado religioso, social e econômico. O ano do Yôbêl, representa um período de restauração e libertação, celebrado a cada quinquagésimo ano, com profundo impacto na vida da comunidade.*

Nos mais diferentes povos e culturas, encontramos ritos de expiação e reconciliação com a divindade ou com a própria natureza divinizada. A despeito de todas as racionalizações da Modernidade, o ser humano sempre teve ao menos uma intuição do próprio mal. Do “pecado original” que o distancia de seu Criador – e sempre procurou, com seus ritos, suas tradições e suas leis, encontrar formas de reparar essa fratura que o separa de Deus, de seus semelhantes, do mundo criado e, paradoxalmente, de si próprio.

Em uma resposta a essa ânsia sempre presente, Deus instruiu o povo hebreu a viver, periodicamente, um grande tempo de expiação, reconciliação e pacificação. Estes eram os jubileus. Aconteceriam sempre no quinquagésimo ano, depois de 7 ciclos de 7 anos. Seu início era anunciado pelo toque das trombetas de chifres de carneiro (o *shofar*), que deveriam ressoar por toda a terra de Israel. A própria palavra jubileu teria origem no hebraico *yôbêl*, que estaria associada a esta trombeta de chifre. Alguns autores, contudo, consideram que a primeira associação seria com a palavra para afluente ou fluxo de água. O jubileu seria um tempo de passagem, de fluxo. Posteriormente, a palavra teria sido associada também à trombeta que anunciava a festa.

**Um evento que abraça a vida em sua totalidade.** O Livro do Levítico (25, 1-55) nos esclarece sobre esse tempo e as obrigações em que implicava. São instruções que Deus transmite a Moisés

sés no Monte Sinai, referentes a como os israelitas devem se portar na terra que Ele haverá de dar-lhes:

“Durante seis anos semearás a tua terra, durante seis anos podarás a tua vinha e recolherás os seus frutos. Mas o sétimo ano será um sábado, um repouso para a terra, um sábado em honra do Senhor: não semearás o teu campo, nem podarás a tua vinha, não colherás o que nascer dos grãos caídos de tua ceifa, nem as uvas de tua vinha não podada, porque é um ano de repouso para a terra [...] Contarás sete anos sabáticos, sete vezes sete anos, cuja duração fará um período de quarenta e nove anos. Tocarás então a trombeta no décimo dia do sétimo mês: tocareis a trombeta no dia das Expições em toda a vossa terra. Santificareis o quinquagésimo ano e publicareis a liberdade na terra para todos os seus habitantes. Será o vosso jubileu. Voltareis cada um para as suas terras e para a sua família [...]

Não semeareis, não ceifareis o que a terra produzir espontaneamente, e não vindimareis a vinha não podada, pois é o jubileu que vos será sagrado [...] Se disserdes: que comeremos nós no sétimo ano, se não semearmos, nem recolhermos os nossos frutos? Eu vos darei a minha bênção no sexto ano, e a terra produzirá uma colheita para três anos [...]

“A terra não se venderá para sem-

pre, porque a terra é minha, e vós estais em minha casa como estrangeiros ou hóspedes. Portanto, em todo o território de vossa propriedade, concedereis o direito de resgatar a terra [...] A terra vendida ficará nas mãos do comprador até o ano jubilar; sairá do poder deste no ano do jubileu, e voltará à posse do seu antigo dono [...]

Se teu irmão se tornar pobre junto de ti, e as suas mãos se enfraquecerem, sustentá-lo-ás, mesmo que se trate de um estrangeiro ou de um hóspede, a fim de que ele viva contigo [...] Se teu irmão se tornar pobre junto de ti e se vender a ti, não exigirás dele um serviço de escravo. Estará em tua casa como um operário, e como um hóspede estará a teu serviço até o ano jubilar. Sairá então de tua casa, ele e seus filhos, com ele voltará para a sua família e para a herança de seus pais, porque os filhos de Israel são meus servos que tirei da terra do Egito. Eu sou o Senhor, vosso Deus”

Não se tratava de um evento religioso apenas. Ele adentrava na estrutura da própria sociedade, restabelecendo uma justiça que seria impossível segundo apenas a lei humana. As terras seriam restituídas, os escravos seriam libertados, as dívidas seriam perdoadas. Até mesmo a natureza repousaria. A misericórdia seria experimentada e transmitida por todo o povo. Cada um poderia se re-

conhecer beneficiário e protagonista da Lei de Deus.

**Tempo de confiança no Senhor.** Os jubileus tinham um impacto significativo na sociedade israelita. Deveriam garantir certo equilíbrio econômico, evitando que as desigualdades crescessem a ponto de comprometer a estrutura social. Numa nação dependente da atividade agropastoril, a restituição de terras evitava a acumulação de riqueza por poucos e procurava permitir que todas as famílias tivessem acesso aos meios de subsistência.

Mas seria muito redutivo pensar neles apenas por seu significado socioeconômico. Sua força nasce, sem dúvida, de seu profundo chamado religioso. É um povo que se encontra ao se compreender “sendo do Senhor”, na medida em que cada um entrega-se a Ele com confiança. A terra pode descansar, os seres humanos podem permanecer em paz mesmo não cultivando porque Ele lhes dará suas bênçãos, para que o alimento permanece suficiente mesmo neste ano. As diferenças sociais e os tratamentos desiguais não devem ser tolerados porque os filhos de Israel pertencem a Deus – e não uns aos outros.

O povo que vive o tempo do jubileu se liberta na medida que se entrega confiante ao Senhor. Nessa entrega, se regenera a humanidade ferida pelo pecado, se recuperam os vínculos sociais corrompidos pelo egoísmo, a própria natureza se revela pródiga e acolhedora, como era na origem dos tempos.

Detalhe de A expulsão de Adão e Eva do Paraíso, de John Martin (1823-1827). Óleo sobre tela.



**Uma ruptura que clama por reconciliação.** O pecado original e a expulsão do Paraíso não representam apenas um erro moral. São o sinal de nossa incapacidade estrutural de realizarmos o bem que desejamos para nós e para os que amamos. Trata-se de uma dor que nos impulsiona a buscar, mesmo que inconscientemente, o perdão que nos regenera. “Uma necessidade premente: a sede que se torna inquietação, busca, ferida sempre pronta a reabrir [...] O bem que alcançamos, mais cedo ou mais tarde, escapa de nossas mãos. Sucessos desmoronam, conquistas e certezas desaparecem. Somos os primeiros a decepcionar a confiança daqueles que caminham ao nosso lado. Somos frágeis, caímos. Acabamos nos tornando cúmplices do mal: um mal que às vezes se torna atroz, injustificável. Ela pode varrer o amor e fazer as pessoas sangrarem, não apenas no campo de batalha. Outros, igualmente, despejam sobre nós o peso do seu egoísmo, fruto muitas vezes amargo da mesma precariedade compartilhada conosco. Estamos sempre aquém da imensa amplidão do desejo, inevitavelmente inadequados para responder a uma carência que não somos capazes de satisfazer plenamente”. (ZARDIN, D. *Il cuore del vivere [in] Giubileo. Il perdono che ridona la vita.* Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2024).

# Reconstruindo o vínculo despedaçado

A obtenção do perdão dos pecados, na história da Igreja, se desenvolveu de um processo informal e pouco estruturado às práticas penitenciais normatizadas e consolidadas de nossos dias. Os primeiros cristãos já sabiam que a conversão e o subsequente batismo lavavam a culpa anterior, como atesta o Credo niceno-constantinopolitano do século IV: “Professo um só batismo para a remissão dos pecados”. Os pecados graves cometidos posteriormente, porém, rompiam novamente o vínculo de comunhão, demandando um novo passo.

É da natureza humana exigir sinais externos de arrependimento e conversão para refazer o laço rompido. O perdão pode ser dado gratuitamente (aliás, este é o único verdadeiro), mas todo amante sabe o quanto precisa de gestos exteriores tanto para se sentir perdoado quanto para demonstrar seu arrependimento à pessoa amada.

Assim, os já batizados deveriam fazer uma declaração dos pecados graves perante toda a comunidade, seguida de penas rigorosas e muitas vezes públicas, que incluíam jejuns, privação da comunhão, vestimenta de sacos e outros padecimentos. O acento no caráter público não vinha da vontade de envergonhar o pecador – ainda que a humilhação sempre fizesse parte da penitência. O mais importante era o caráter comunitário da presença de Deus, por meio da comunidade eclesial: ela toda é vítima do pecado e, como tal, deve participar do momento de expiação. Mesmo assim, em 459, o Papa São Leão Magno já alertava os bispos quanto aos excessos que poderiam envolver a confissão pública.

Entre os séculos VI e IX, foi-se consolidando na Europa continental, vinda das ilhas britânicas, uma forma de Confissão totalmente privada, tanto na declaração dos pecados quanto nas penas. Era originada nos mosteiros, em uma prática semelhante à moderna direção espiritual, em que um monge mais experiente orientava os mais jovens e ouvia-lhes a Confissão dos pecados. Também nesse período, começou a se consolidar a ideia de um purgatório, no qual as almas passariam por um processo final de purificação para poderem adentrar o Paraíso – conceito estruturado e reconhecido em sucessivos concílios, como o Quarto de Latrão (1215) e o Segundo de Lyon (1274).

**Gestos de expiação.** As indulgências se originaram, nessa época, como um meio

*Desde os primeiros tempos, o Cristianismo entendeu que o pecado representa uma ruptura do relacionamento com Deus e com a comunidade, mas que podem ser perdoados e o vínculo refeito mediante um poder dado por Jesus aos apóstolos e seus sucessores (Jo 20,21-23). Ao longo de uma história plena de contradições, arrependimentos e graças, a Igreja vai superando formalismos e desvios, para enfatizar sempre mais a conversão pessoal e o amor de Deus.*

de aliviar as severas penitências e reduzir a passagem pelo purgatório, praticando para isso atos meritórios de devoção, contrição e caridade. Era, desde as origens, uma prática intimamente ligada ao sacramento da Penitência, por meio do qual a Igreja concederia a remissão das pe-

nas temporais associadas ao pecado.

O Papa Urbano II, no Concílio de Clermont, em 1095, prometeu indulgências plenárias para aqueles que participaram das Cruzadas. Tratava-se de praticar um ato bom, ainda que penoso, para aliviar o peso dos pecados. Para os guerreiros, lutar para defender a Cristandade era

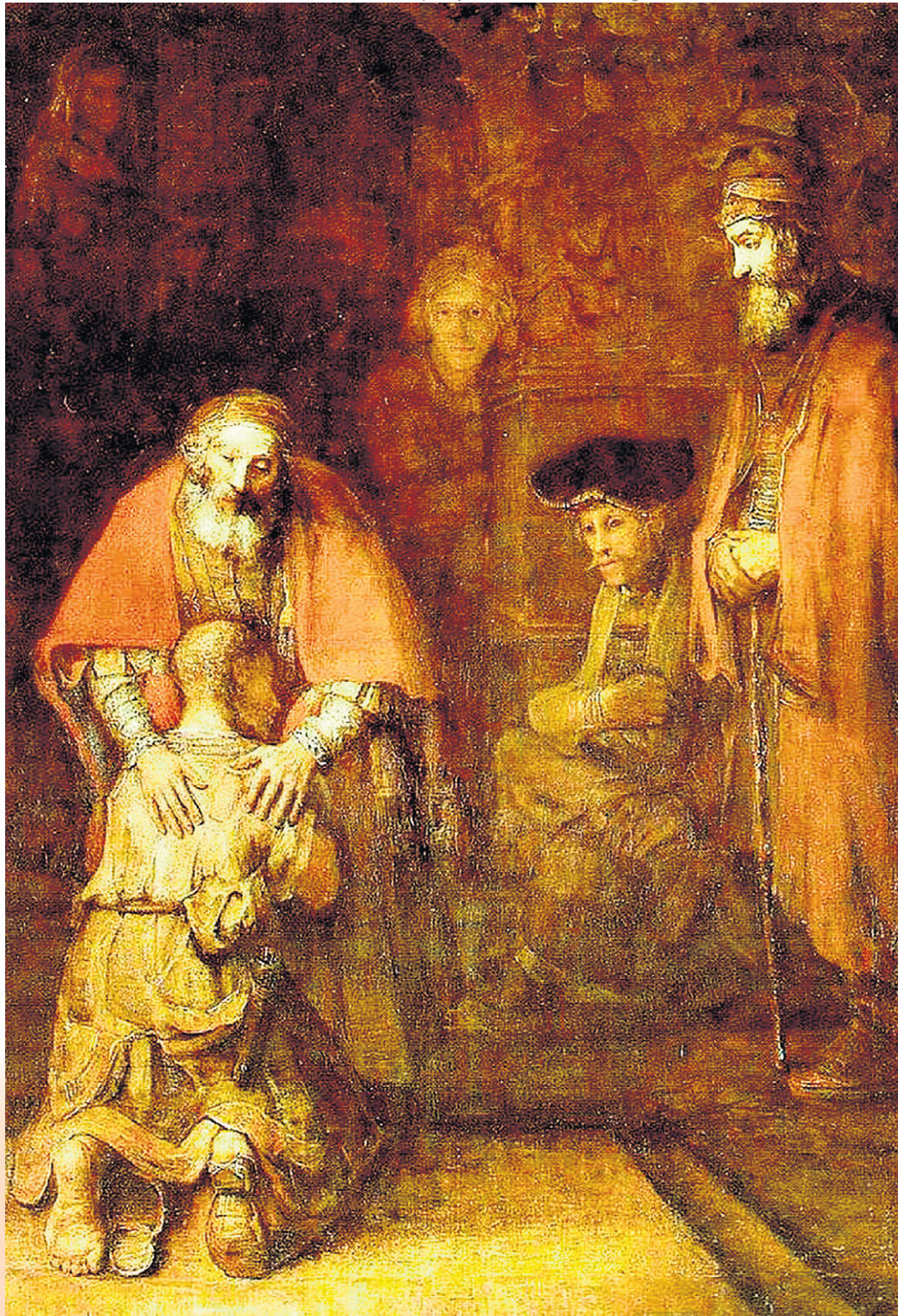
uma forma de sacrifício possível. Para os ricos, poderia ser desembolsar recursos para as obras de caridade e a edificação da Igreja. Seguindo essa lógica, a peregrinação a lugares santos se constituiu em uma forma de sacrifício que poderia ser oferecido, em teoria, a todos.

No final da Idade Média, as indulgências eram cada vez mais usadas para financiar projetos da Igreja, como a construção de catedrais e o apoio a obras de caridade. No entanto, isso levou a abusos generalizados, com alguns clérigos vendendo indulgências para obter ganhos financeiros em vez de benefícios espirituais. O Quarto Concílio de Latrão, em 1215, tentou conter esses abusos, regulamentando a concessão de indulgências.

**Valorizando o gesto.** No final da Idade Média, uma série de abusos afetavam as práticas, tanto do sacramento da confissão quanto da obtenção de indulgências, como cobrança pelas Confissões, venda de indulgências e critérios subjetivos para a absolvição dos pecados. Esses problemas tiveram sem dúvida influência no êxito da Reforma Protestante, no século XVI. Coube ao Concílio de Trento (1545-1563) procurar resolver esses problemas, consolidando ainda mais a prática da Confissão privada, definindo claramente o papel do sacerdote, reafirmando a importância do segredo confessional. O Concílio reafirmou a validade das indulgências, mas condenou sua exploração comercial. O Papa Pio V aboliu ainda mais quaisquer transações financeiras relacionadas a indulgências em 1567, enfatizando que elas deveriam estar ligadas exclusivamente a atos de piedade e caridade.

No século XX, o Concílio Vaticano II sublinhou a dimensão eclesial e litúrgica do sacramento da penitência, valorizando seu aspecto de manifestação da misericórdia de Deus e que a reconciliação não é só com Deus, mas também com a comunidade eclesial, ferida pelo pecado (*Lumen gentium*, LG 11). A constituição apostólica *Indulgentiarum Doctrina* (1967) normatiza a concessão das indulgências. Explica que, para sua obtenção, é preciso realizar uma obra devidamente qualificada para tal, fazer a Confissão sacramental, receber a comunhão eucarística e orar nas intenções do Papa – além do arrependimento sincero. O foco foi deslocado das coisas e lugares para a ação dos fiéis, enfatizando que são concedidas por meio de atos de virtude.

Reprodução de O Retorno do Filho Pródigo, de Rembrandt (cerca de 1668). Óleo sobre tela.



**A reconciliação possível pela misericórdia.** O ser humano não pode superar sua limitação constitutiva. O mal pode ser evitado, escondido ou até vivido com culpa angustiante – mas não pode ser totalmente eliminado. Só um amor misericordioso e gratuito pode recuperar o vínculo despedaçado pelo pecado. Rembrandt ilustrou, em *O Retorno do Filho Pródigo*, este conceito teológico. O abraço do pai, uma figura luminosa num contexto escuro, simboliza a misericórdia divina. Sua postura, com uma das mãos posta firmemente no ombro do filho e a outra envolvendo-o com ternura, representa a justiça e o amor de Deus, acolhendo os pecadores. O filho ajoelhado se coloca em posição de humilde arrependimento no retorno ao Pai. As demais pessoas representam as reações sociais, que vão da inveja do irmão mais velho ao espanto dos demais.

# Com os peregrinos, rumo às Portas da Misericórdia

*Nascidos da intuição de um papa humilde e improvável, os jubileus aconteceram 36 vezes em sete séculos, anunciando o perdão e a misericórdia, apesar dos pecados e das falhas dos seres humanos*

Cláudio Pastro, O peregrino. Estátua em metal (ca. 2005). Foto: Andreas Praefcke



**Peregrino: confiante na misericórdia, com os pés na terra, a caminho do céu.** Nessa escultura, situada em Weingarten, na Suíça, Cláudio Pastro representa o peregrino caminhando com os olhos voltados para o céu. O corpo é vazado por estrelas, indicando desde já sua conexão com a pátria celeste. Seu bastão é um tau, letra grega similar a uma cruz, indicando que caminha sustentado pela companhia de Cristo. A peregrinação não é apenas uma caminhada física para locais sagrados; representa uma busca espiritual mais profunda para encontrar Deus em lugares nos quais Sua presença foi particularmente sentida. O peregrino se move sustentado pela súplica e pela gratuidade da misericórdia. A peregrinação serve como uma metáfora para a própria vida cristã – somos peregrinos nesta vida, viemos de Deus e a Ele aspiramos voltar. A “pátria celeste” é o verdadeiro lar de nossa alma.

Em 1294, houve um acontecimento notável na história da Igreja. Os cardeais não conseguiam escolher um sucessor para o Papa Nicolau IV. Pietro da Morrone, um monge eremita, predisse “graves castigos” se a Igreja não escolhesse logo este sucessor. A solução encontrada foi eleger o próprio monge eremita como papa. Ele escolheu chamar-se Celestino V e uma de suas primeiras providências foi promulgar a chamada Bula do Perdão, *Inter sanctorum solemnium*, a primeira a sistematizar que, mediante uma peregrinação, se conseguisse a indulgência plenária – dada a todos que visitassem a Basílica de Santa Maria de Collemaggio, em Áquila, na festa de São João Batista.

Homem pouco afeito aos jogos de poder, Celestino V renunciou 161 dias depois de assumir. Perseguido pelo seu sucessor, Bonifácio VIII, que temia sua influência moral, morreu recluso e foi canonizado como São Pedro Celestino. Um papado curto e extraordinário, que deixou um legado inestimável à Igreja.

**O reinício de um caminho.** Bonifácio VIII foi um papa polêmico, envolvido demais em questões políticas. Consta, porém, que em dezembro de 1299 ficou sabendo que havia se espalhado a ideia de que, em 1300, os peregrinos poderiam receber uma indulgência plenária visitando as igrejas de Roma. Reconhecendo o afluxo de peregrinos e o desejo de perdão e reconciliação, teria decidido oficializar essa expectativa por meio de uma bula papal, aos moldes da redigida por seu antecessor, proclamando o primeiro jubileu. Não era apenas uma intuição genial de um papa, mas algo que Deus mesmo havia construído em meio a seu povo.

Em uma sociedade profundamente devota, como a europeia da época, o jubileu, com a obrigatoriedade de visitar as Basílicas de São Pedro e de São Paulo Fora dos Muros para ganhar a indulgência, representava uma afirmação do poder espiritual (e, indiretamente, também temporal) de Roma. Contudo, por mais discutível que possam ser as ações daquele pontífice, é inegável a força do apelo ao Jubileu. O número estimado de fiéis que participaram do jubileu é impressionante. Apesar das difíceis condições de viagem na época, existem estimativas de que cerca de 2 milhões de fiéis acorreram a Roma naquele ano – numa Europa que tinha entre 70 e 80 milhões de habitantes (hoje são cerca de 750 milhões). A cidade de Roma teria apenas cerca de 35 mil habitantes, mas teria havido dias em que recebeu até 200 mil peregrinos.

**Uma história de peregrinos.** A maior parte dos jubileus aconteceu em uma época em que viajar era uma aventura repleta de imprevistos e perigos. As viagens podiam durar meses, quando se saía dos pontos mais distantes da Europa. As estradas eram malconservadas e lamacentas, infestadas de bandidos. Havia poucas e precárias pousadas, podia-se facilmente passar fome.

As viagens aconteciam no lombo de mulas ou em carroças, ou a cavalo (para os mais ricos), mas para a maioria dos peregrinos essa rota era feita, principalmente, a pé. A incerteza reinava. A peregrinação era um risco e alguns

peregrinos, antes de partir, chegavam a fazer um testamento, sem saber se voltariam. As adversidades estavam associadas aos esforços que deviam ser realizados para obter a remissão dos pecados. A purificação começava com os sacrifícios e o despojamento das próprias seguranças. O perdão se mostrava merecido, no final, por todos os sofrimentos padecidos ao longo do caminho.

Para o peregrino, o jubileu era o acontecimento de uma vida. Uma experiência de mendicância: o ser limitado, contraditório e infiel, conhecedor das próprias faltas, que se dirige a seu Criador confiante num perdão sabidamente imerecido, mas ao qual ele espera fazer jus por meio de sua penitência. Viver o jubileu, ganhar o perdão das indulgências que lhe estavam ligadas, era uma experiência que solicitava a totalidade do sujeito humano, dizia respeito não somente à alma, mas também aos afetos, à materialidade da vida, apela à totalidade das próprias energias, incluindo aquelas primordiais do corpo.

Por tudo isso, nas palavras de Danilo Zardin, curador da Mostra do Meeting, de Rimini, *Jubileu, o perdão que doa a vida*: “A marca mais evidente da peregrinação tornou-se, na arte dos séculos passados, a vara de suporte, o chapéu de abas largas para se proteger do sol e das intempéries, e o desfecho, extremo e comovente, dos pés descalços e sujos em primeiro plano dos peregrinos diante da Virgem numa célebre obra de Caravaggio (N.E.: *Madona de Loreto*, do início do século XVII). O substrato básico da tradição histórica dos jubileus é alimentado pela tensão de um desconforto e de uma precariedade que, em vez de esmagar o ego humano em um mal-estar incurável, o incita a sair de si mesmo, a procurar maneiras de dar uma resposta ao vazio que experimenta, a encontrar uma mão firme para se agarrar e pousar na outra margem de uma vida remida”.

**Um acontecimento na história de um povo.**

A cronologia dos jubileus atesta a importância do gesto. Bonifácio imaginou-os como eventos extraordinários, que ocorreriam apenas nas viradas de século. Seus sucessores pensaram diferentemente, e novos jubileus foram comemorados em 1350 e 1390. Aquele de 1350 aconteceu durante o período em que o papa, na época o francês Clemente VI, residia em Avignon, e coincidiu com a peste negra, cujo pico teria sido entre 1348 e 1350, e a Guerra dos Cem Anos, entre Inglaterra e França, que se iniciou em 1337. Mesmo assim, calcula-se que as igrejas romanas receberam cerca de 1,5 milhão de fiéis.

O Jubileu de 1390 refletia a tendência de tornar os jubileus eventos mais frequentes, acessíveis a todas as gerações de cristãos. A proposta era a de ocorrer um jubileu a cada 33 anos (idade de Cristo). Contudo, aconteceu num momento cismático (que se estendeu de 1378 a 1415), tendo sido convocado pelos papas de Roma (Urbano VI, que instituiu o jubileu mas morreu antes de sua realização, e Bonifácio IX) e proibido pelo antipapa de Avignon (Clemente VII). Só em 1450 houve um novo jubileu e, em 1475, iniciaram-se as celebrações periódicas a cada 25 anos, como

### Cristo, porta que conduz o peregrino à Vida Nova.

No Jubileu Extraordinário da Misericórdia, a porta da ala norte da Basílica de Nossa Senhora Aparecida, toda feita em bronze e pesando 4,5 toneladas, foi instituída como “Porta da Misericórdia”. O artista sacro Cláudio Pastro, autor da obra, explica a sua simbologia, que ajuda a compreender o sentido da travessia pela porta e entrada no templo santo:

“A porta de uma capela, igreja, catedral ou basílica de certa forma representa, simbolicamente, Jesus Cristo. É um lugar de passagem, Páscoa. Por ela passamos para uma vida nova. Por essa porta passamos da “Babilônia externa”, lugar de confabulações, de tramas humanas para a ‘Nova Jerusalém’, espaço do Eterno. Aqui saboreamos por antecipação a Casa do Pai (Seu Reino), pois nos encontramos com Jesus Cristo. O próprio Senhor Jesus é quem nos diz: ‘Eu sou a porta. Quem entrar por mim será salvo’ (Jo 10,9). Igualmente, o Senhor nos diz: ‘Eis que pus uma porta aberta diante de ti, a qual ninguém pode fechar’ (Ap 3,8). E ainda: ‘Eis que estou à porta e bato: se alguém ouvir a minha voz e abrir a porta, entrarei em sua casa e cearei com ele, e ele comigo’ (Ap 3,20). Cristo, qual Novo Adão, abriu-nos a Porta do Paraíso. A porta principal da Basílica de Nossa Senhora de Aparecida apresenta, em sua face externa, a Anunciação do Senhor à Virgem Maria (Lc 1,26-38). No lado esquerdo, o Arcanjo Gabriel, o enviado por Deus, oferece-lhe o coração (a Misericórdia do Pai à humanidade, Jesus Cristo) anunciando-lhe que será a Mãe do Salvador. No lado direito, aparece Maria, que responde: Fiat (Faça-se). Maria

Porta da Misericórdia - Basílica de Aparecida - José Roberto Resende Kerr



é a mulher vazia de si mesma que é chamada ‘cheia de graça’, que se deixou preencher só pela Palavra de Deus. Assim também nós passamos a ser chamados Filhos de Deus, cristãos, ‘outros cristos’. Sua face interna mostra, no lado direito, representações do Sol, do Bom Pastor e do Salmo 99 (‘Sabei que o Senhor é Deus, Ele nos fez, a Ele pertencemos, somos o seu povo, ovelhas do seu rebanho’). No lado esquerdo, a Lua, o Filho Pródigo (Lc 15,11-32) e o Salmo 122 (‘Alegrai-me quando me disseram: vamos para a casa do Senhor. Nossos pés se detêm às suas portas, Jerusalém’). O Sol é uma imagem do Divino. O Senhor é o princípio de tudo. É sempre Deus que toma a iniciativa. A Lua é o reflexo de Deus em nós. Quando desesperamos, sem saída, O buscamos, desejamos voltar para Ele, nosso princípio e fim. O Filho Pródigo, depois de esbanjar os bens paternos e levar uma vida depravada, arrependido, deixa esta vida (os porcos) e volta à Casa Paterna. O Pai Misericordioso o acolhe e o abraça com amor e alegria; está sempre pronto a recebê-lo e a devolver-lhe a dignidade de Filho. A misericórdia de Deus-Pai é incomensurável. Jesus é o Bom Pastor, o Belo e Eterno Pastor. Logo depois da desobediência, do pecado, é o Senhor quem se volta e busca o homem. ‘Adão, Adão onde estás?’ (Gn 3,9). Jesus é o Bom Pastor, o Belo e Eterno Pastor, que busca a ovelha perdida, que se volta e nos procura lá onde os espinhos nos prendem e sufocam e nos traz para os seus cuidados. ‘Senhor, volta-te para mim e tende piedade de mim’ (Sl 25,16)” (PASTRO, C. A Porta da Misericórdia de Aparecida do Norte. Passos, nº 180, maio/2016)



são até hoje. Depois disso, os jubileus foram ganhando cada vez mais importância na vida do povo, chegando a mover algo entre 200 mil e 500 mil peregrinos a cada ocasião.

No Ano Santo de 1750, sob o papado de Bento XIV, segundo as crônicas da época, mais de um milhão de peregrinos viajaram até Roma, alguns vindos das Antilhas, Egito e Armênia. As instituições de caridade e hospitalares romanas foram forçadas a alugar palácios para acomodar os visitantes. O papa instituiu, naquele ano, a Via Crucis no Coliseu, tradição que perdura até nossos dias.

Os jubileus haviam se tornado um acontecimento que envolvia não apenas o mundo religioso, mas toda a vida da sociedade, mesmo que apenas alguns conseguissem chegar a Roma.

**A Porta Santa.** Uma das portas laterais da Basílica de Santa Maria de Collemaggio, à qual os peregrinos acorriam para obter a indulgência, seguindo a indicação de São Pedro Celestino, foi constituída como “Porta Santa” e por ela deveriam passar os penitentes. No Jubileu de 1500, o Papa Alexandre VI desejava um even-

to marcante para o seu início e identificou-o na abertura da Porta Santa na Basílica de São Pedro, feita pelo próprio papa, e nas demais basílicas de Roma, realizada por seus legados. A simbologia remetia ao Evangelho segundo João: “Eu sou a porta, quem entrar por mim será salvo” (Jo 10,9). Até hoje, no início dos anos jubileus, as Portas Santas são abertas e assim permanecem até o final do jubileu, quando são fechadas e vedadas por muros até aquele seguinte.

Recentemente, no Jubileu Extraordinário da Misericórdia, de 2015, o Papa Francisco autorizou a abertura

de “portas da misericórdia”, com significado similar ao das portas santas, em diferentes igrejas particulares (*Misericordiae Vultus*, MV 3). É o caso da Porta da Misericórdia da Basílica de Nossa Senhora Aparecida, no Brasil. Passar por uma porta específica não é uma condição para se obter a indulgência, porém a entrada no santuário, após uma peregrinação exaustiva, tem um inegável impacto humano, que todo romeiro pode testemunhar. Ajudar a perceber, não como teoria, mas como experiência totalizante, o que Cristo quer nos dizer ao afirmar “Eu sou a porta”.

# O que você precisa saber sobre as indulgências no Jubileu?

## Redação

**Uma das grandes riquezas vivenciadas em um Ano Santo é a oportunidade de obter indulgências plenárias.**

A indulgência é uma prática espiritual que remonta às primeiras comunidades cristãs e envolve dois aspectos do pecado: a culpa, perdoada na Confis-

são sacramental, e a pena, efeito do pecado que persiste após o perdão. A indulgência remove essa pena temporal graças à intercessão da Igreja e à realização de práticas piedosas pelos fiéis, podendo ser parcial ou plenária.

A origem das indulgências remonta aos séculos X e XI, quando a pena pelo pecado podia ser atenuada por obras de caridade, orações ou peregrinações. Um marco importante foi a “Bula do Perdão”, concedida pelo Papa Celestino V em 1294, que ofereceu a primeira indulgência plenária

universal aos fiéis que visitassem a Basílica de Santa Maria de Collemaggio, em Áquila, na Itália, em um período específico.

A relação das indulgências com os anos jubilares começou a partir de 1300, quando o Papa Bonifácio VIII proclamou o primeiro jubileu católico e estabeleceu o intervalo de tempo para a recorrência para cada 100 anos. Em 1342, o Papa Clemente VI reduziu para 50 anos e, em 1470, o Papa Paulo II estabeleceu a celebração a cada 25 anos.

“Todos os fiéis verdadeiramente ar-

repentidos, excluindo qualquer apego ao pecado e movidos por um espírito de caridade, e que, no decurso do Ano Santo, purificados pelo sacramento da Penitência e revigorados pela Sagrada Comunhão, rezem segundo as intenções do Sumo Pontífice, poderão obter do tesouro da Igreja pleníssima indulgência, remissão e perdão dos seus pecados, que se pode aplicar às almas do Purgatório sob a forma de sufrágio”, enfatiza o documento da Penitenciaria Apostólica sobre a concessão de indulgências no jubileu.

## Leia a seguir, as principais dúvidas e respostas sobre as indulgências neste Ano Jubilar:

### 1. O que é uma indulgência?

Uma indulgência é a remissão, diante de Deus, da pena temporal devida pelos pecados já perdoados quanto à culpa. A Igreja concede essa remissão por meio do “tesouro das satisfações” de Cristo e dos Santos, aplicável tanto aos vivos quanto às almas do Purgatório.

### 2. Quem pode lucrar (obter) indulgências?

Qualquer fiel batizado, não excomungado e em estado de graça (pelo menos ao final das obras prescritas), pode lucrar indulgências. As indulgências podem ser aplicadas para si próprio ou em sufrágio pelas almas do Purgatório, mas nunca para outras pessoas vivas.

### 3. Quais são os tipos de indulgências?

- ✓ **Parcial:** Remissão de parte da pena temporal.
- ✓ **Plenária:** Remissão total da pena temporal devida pelos pecados.

### 4. Quais são as condições gerais essenciais para lucrar uma indulgência plenária?

- ✓ **Confissão sacramental:** pode ser feita alguns dias antes ou depois da obra indulgenciada.
- ✓ **Comunhão eucarística:** preferencialmente no mesmo dia.
- ✓ **Oração nas intenções do Papa:** Um Pai-Nosso e uma Ave-Maria (ou outra oração adequada).
- ✓ **Repulsa a todo pecado, até venial:** O fiel deve estar livre de qualquer apego ao pecado.

### 5. Quais ações específicas concedem indulgências durante o Jubileu



Luciney Martins/O SÃO PAULO

### 2025 (unidas às condições essenciais)?

- ✓ **Peregrinações:** Visitar uma das basílicas papais em Roma ou outras igrejas locais designadas pelos bispos.

- ✓ **Participação em celebrações:** Missas, Via-Sacra, Rosário, Liturgia das Horas ou celebrações penitenciais.
- ✓ **Meditação e oração:** dedicar tempo à adoração eucarística ou

meditação em lugares sagrados.

- ✓ **Obras de misericórdia e penitência:** participação em missões, exercícios espirituais ou ajuda aos necessitados. Essas práticas são descritas nas normas para o Jubileu de 2025.

### 6. Quem está impossibilitado de peregrinar pode lucrar indulgências?

Somente os fiéis impossibilitados de participar por motivos graves (idosos, doentes, reclusos, etc.) podem lucrar indulgências ao recitar orações em casa ou no local em que estejam, unindo-se espiritualmente às celebrações.

### 7. Quantas indulgências plenárias podem ser lucradas por dia?

Apenas uma indulgência plenária pode ser lucrada por dia, exceto em caso de perigo de morte.

### 8. Como a Igreja garante a validade das indulgências?

As indulgências são regulamentadas pela Penitenciaria Apostólica e devem seguir as condições estabelecidas pela constituição apostólica *Indulgentiarum Doctrina* e pelo Manual das Indulgências. A Penitenciaria supervisiona a aplicação correta dessas normas.

### 9. Quantas indulgências podem ser lucradas com uma única confissão sacramental?

Uma única confissão sacramental pode ser suficiente para lucrar várias indulgências plenárias, desde que as demais condições específicas sejam cumpridas separadamente para cada indulgência, em dias diferentes.

Luciney Martins/O SÃO PAULO



#### 10. Quanto tempo antes ou depois da obra indulgenciada é permitido confessar-se?

O prazo exato para a Confissão sacramental pode variar conforme orientação local ou normativa. Tradicionalmente, considera-se que a Confissão é válida se realizada dentro de 15 dias antes ou depois da obra indulgenciada, como prática pastoral comum.

#### 11. É necessário confessar-se novamente para lucrar outra indulgência plenária no mesmo período?

Não, uma confissão sacramental válida pode bastar para lucrar várias indulgências plenárias no mesmo período, desde que o fiel não cometa pecado mortal. Se o fiel pecar mortalmente, será necessária uma nova confissão antes de lucrar outras indulgências.

#### 12. A confissão sacramental pode ser substituída por outra prática em casos de impedimento?

Sim. Fiéis impossibilitados de confessar-se por motivos graves (como doença ou reclusão) podem lucrar a indulgência, desde que estejam de coração contrito, rezem as orações prescritas e se proponham a confessar-se assim que possível.

#### 13. Quantas indulgências podem ser lucradas com uma única comunhão eucarística?

Uma única comunhão eucarística é suficiente para lucrar apenas uma indulgência plenária por dia. Caso o fiel deseje lucrar outra indulgência em um dia subsequente, será necessária uma nova comunhão.

#### 14. Quanto tempo antes ou depois da obra indulgenciada é permitido comungar?

A comunhão eucarística deve ser feita preferencialmente no mesmo dia da obra indulgenciada. Contudo, pode ser realizada dentro de alguns dias antes ou depois, geralmente no prazo de até 15 dias, conforme as normas pastorais e orientações da Igreja.

#### 15. A comunhão feita em missa dominical cumpre as condições para indulgências?

Sim, desde que o fiel tenha a intenção de lucrar a indulgência e cumpra as demais condições requeridas (Confissão sacramental, oração pelas intenções do Papa e repulsa a todo pecado). A participação na missa dominical é especialmente recomendada.

## Roteiro de peregrinação nas igrejas jubilares

A Arquidiocese de São Paulo elaborou um roteiro completo para peregrinações à Catedral da Sé ou às demais 11 igrejas estabelecidas na Arquidiocese para a concessão de indulgências neste Ano Santo.

O subsídio destaca que a peregrinação, elemento central dos eventos jubilares, é apresentada como uma prática de profundo significado espiritual. O documento enfatiza que o ato de “pôr-se a caminho” simboliza a busca pelo sentido da vida, permitindo ao fiel redescobrir valores como silêncio, esforço e simplicidade. Além disso, reforça a ideia de que a graça divina precede e acompanha os passos de quem caminha com fé, caridade e esperança.

O roteiro é estruturado para ser utilizado por grupos ou indivíduos, com ações que reforçam a vivência comunitária, a devoção pessoal e a participação nos sacramentos. Confira os detalhes:

### Estrutura da Peregrinação

O roteiro está dividido em etapas, cada uma com orações, reflexões e cantos que conduzem os peregrinos a uma experiência espiritual rica e transformadora.

### Abertura e Concentração

- ✓ A jornada começa com a concentração do grupo em um local apropriado, como uma igreja, capela ou praça próxima ao santuário.
- ✓ O grupo é convidado a iniciar o momento em comunhão, com orações e cânticos, como o “Hino do Jubileu – Peregrinos de Esperança”.
- ✓ A abertura destaca a alegria de entrar na casa de Deus e a disposição para viver a graça do Jubileu.

### MOMENTOS DE REFLEXÃO E DEVOÇÃO Renovação das Promessas Batismais

Um dos momentos mais significativos do roteiro é a renovação das promessas do Batismo, na qual os peregrinos reafirmam seu compromisso de renunciar ao pecado e viver como discípulos de Cristo. O ato inclui a aspersion com água benta, simbolizando a purificação e a renovação da fé.

### Contemplação da Cruz Jubilar

A Cruz Jubilar é apresentada como um símbolo de esperança e renovação. Os fiéis são convidados a meditar em silêncio diante da cruz, acompanhados de cânticos e reflexões sobre o amor de Cristo e o poder de sua ressurreição.

### Devoção Mariana

Outro ponto importante é a devoção à Virgem Maria, considerada mãe espiritual de todos os cristãos. Os peregrinos são orientados a rezar a “Ave Maria” e a oração “Lembrai-vos”, pedindo a intercessão de Nossa Senhora em suas vidas.

### Celebração da Eucaristia

A celebração da missa é o ponto culminante da peregrinação. Nesse momento, os fiéis são convidados a se unir em comunhão, reforçando a importância da vivência comunitária e da entrega espiritual. O roteiro destaca que a participação ativa na Eucaristia é essencial para colher os frutos espirituais do jubileu.

### Preparação para a Confissão

A peregrinação também inclui uma preparação detalhada para o sacramento da Reconciliação. Um exame de consciência ajuda os participantes a refletirem sobre sua relação com Deus, com o próximo e consigo mesmos. As perguntas abordam temas como:

- ✓ **Relação com Deus:** “Participo regularmente da missa? Começo e termino o dia em oração? Busco crescer espiritualmente?”
- ✓ **Relação com o próximo:** “Sou justo e solidário? Sei perdoar? Pratico obras de misericórdia?”
- ✓ **Relação consigo mesmo:** “Sou guiado por virtudes ou por vícios? Administro bem meu tempo e recursos?”

Ao final, o fiel é convidado a rezar o Ato de Contrição, reafirmando sua determinação de viver segundo os ensinamentos cristãos.

### Valores cristãos

O roteiro relembra ensinamentos fundamentais da fé católica, como:

- ✓ **Virtudes teológicas:** Fé, Esperança e Caridade.
- ✓ **Virtudes cardeais:** Prudência, Justiça, Fortaleza e Temperança.
- ✓ **Bem-aventuranças:** Promessas de felicidade espiritual para os que vivem segundo os valores do Reino de Deus.
- ✓ **Obras de misericórdia:** Ajudar os necessitados, confortar os aflitos, ensinar os ignorantes e rezar pelos vivos e pelos mortos.

Acesse o roteiro completo em: <https://tinyurl.com/2aakbrew>

### IGREJAS DE PEREGRINAÇÃO JUBILAR NA ARQUIDIOCESE



- ✓ **Catedral da Sé;**
- ✓ **Santuário Nossa Senhora de Fátima**, no Sumaré;
- ✓ **Santuário São Judas Tadeu**, no Jabaquara;
- ✓ **Santuário Nossa Senhora Aparecida**, no Ipiranga;
- ✓ **Basilica Menor de Sant’Ana**, em Santana.
- ✓ **Santuário Nossa Senhora da Salete**, em Santana;
- ✓ **Igreja Nossa Senhora da Lapa**, na Lapa;
- ✓ **Igreja Nossa Senhora de Fátima**, na Vila Leopoldina;
- ✓ **Igreja São José do Belém**, no Belenzinho;
- ✓ **Igreja Nossa Senhora de Fátima e São Roque**, em Sapopemba;
- ✓ **Igreja Nossa Senhora da Expectação**, na Freguesia do Ó;
- ✓ **Santuário Nossa Senhora Mãe e Rainha**, no Jaraguá.

# Cada vez mais conscientes do essencial

*Após grandes dificuldades no século XIX, a Igreja retomou os jubileus no século XX, cada vez mais consciente daquilo que é essencial: a presença do amor misericordioso de Deus entre nós.*

A Revolução Francesa e a conquista, pelas tropas de Napoleão, da maior parte da Europa, inclusive Roma, em 1798, trouxeram uma onda anticlerical que varreu o continente. Na Itália, de 1848 a 1870 ocorreu o processo de unificação, que levou ao fim do Estado Pontifício. Roma deixou de ser território eclesiástico e Pio IX se declarou prisioneiro no Vaticano. O conflito com o Estado italiano foi resolvido em 1929, com o Tratado de Latrão, que formalizou a existência do Estado do Vaticano.

Para a Igreja foi um período de provações, mas com importantes avanços. Os católicos se deram conta de que a Igreja não podia ser uma instância de poder político, envolvida em disputas de hegemonia com os Estados nacionais, mas sim um “lugar de comunhão, de testemunho e de missão, fermento de redenção e de transformação das relações sociais” (cf. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, CDSI 52). Enquanto eclipsava a figura do papa como soberano territorial, as consequências sociopolíticas dos ensinamentos de Cristo ganhavam corpo na doutrina social da Igreja, a partir da encíclica *Rerum Novarum* (1891).

Contudo, as perturbações políticas impediram a continuidade dos jubileus a cada 25 anos. No século XIX, foram realizados apenas dois (1825 e 1875, este último em condições precárias). Só em 1900 a situação se normalizou e o jubileu contou inclusive com o apoio das autoridades do Estado laico italiano.

**Um novo tempo.** Desde 1900, tivemos seis jubileus “ordinários” (que acontecem a cada 25 anos) e três “extraordinários”, motivados por acontecimentos especiais. Em 1933, Pio XI proclamou um jubileu extraordinário pelos 1900 anos da morte e ressurreição de Jesus e, em 1983, São João Paulo II proclamou outro pelos seus 150 anos. Por fim, em 2015, o Papa Francisco proclamou um jubileu para o 50º aniversário do encerramento do Concílio Vaticano II, dedicando-o ao tema da misericórdia.

Principalmente após a Segunda Guerra Mundial, os voos comerciais transoceânicos se difundiram, fazendo com que as peregrinações para Roma pudessem ser uma proposta realmente mundial – e não apenas limitada, na prática, ao continente europeu. O jubileu de 1975 foi o primeiro a ser transmitido mundialmente. A partir do jubileu de 1983, a indulgência passou a ser oferecida também mediante a peregrinação a uma igreja local, designada pelo bispo. Essa mudança significou a universalização da peregrinação jubilar. Agora, os compreensíveis obstáculos econômicos, que permaneciam mesmo com as facilidades dos tempos atuais, estavam superados.

O Jubileu de 1975, quando o Papa era São Paulo VI, contou com

a presença de monges budistas e do Patriarca de Alexandria. O Grande Jubileu de 2000, celebrado por São João Paulo II, trouxe momentos marcantes, como o pedido de perdão pelos pecados cometidos pelos católicos na história, o Martirologio dos cristãos mortos no século XX e

a Jornada Mundial da Juventude em Roma, com a participação de mais de dois milhões de jovens.

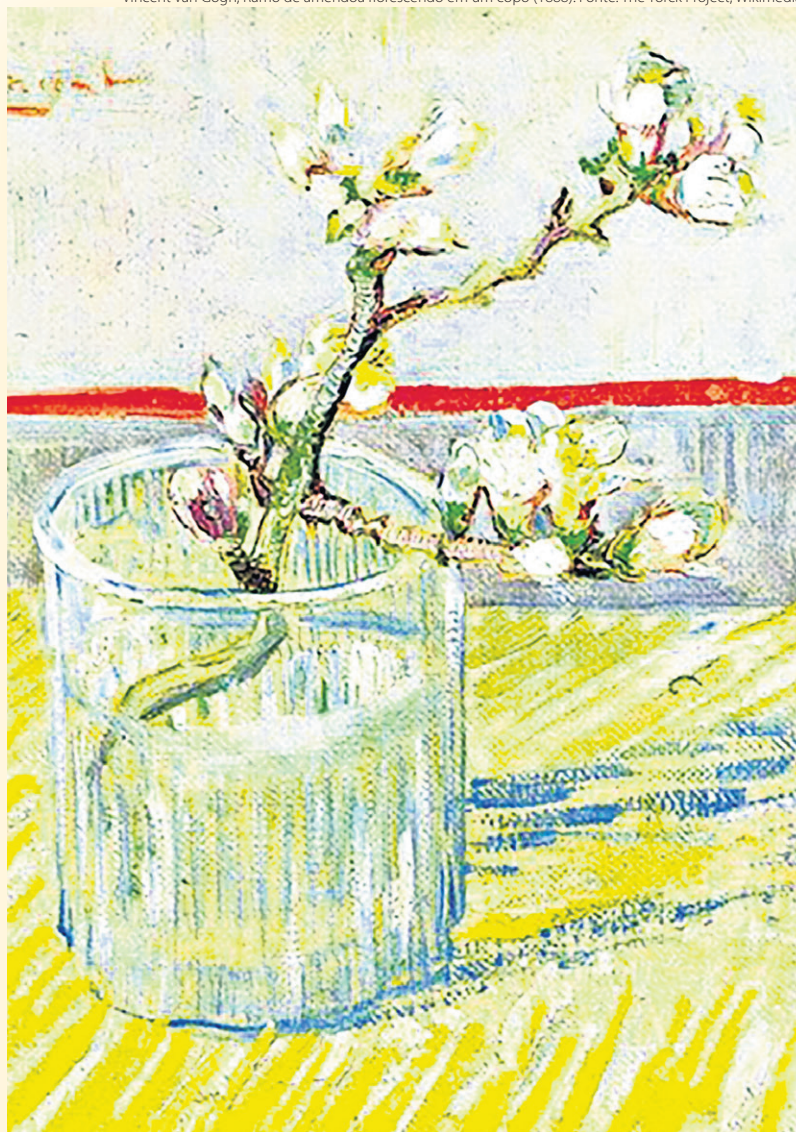
**A centralidade de Cristo.** Ao longo do século XX, um tema recorrente nos jubileus foi a centralidade de Cristo. Com seu estilo caracterís-

tico, São João Paulo II, na Bula do Jubileu de 1983, exorta: “ABRI AS PORTAS AO REDENTOR! É este o apelo que, na perspectiva do Ano Jubilar da Redenção, dirijo a toda a Igreja [...] Toda a vida da Igreja está imersa na Redenção e respira a Redenção” (*Aperite portas Redemptori*, APR 1-3). Anos depois, na passagem do Terceiro Milênio, voltaria a essa centralidade: “Tendo o mistério da encarnação do Filho de Deus diante dos olhos, a Igreja está para cruzar o limiar do terceiro milênio. Neste momento, mais do que nunca, sentimos o dever de fazer nosso o cântico de louvor e agradecimento do Apóstolo: Bendito seja o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo que, do alto dos Céus, nos abençoou com toda a espécie de bênçãos espirituais em Cristo (Ef 1, 3)” (*Incarnationis mysterium*, IM 1).

**Da misericórdia à esperança.** O tema da misericórdia era muito caro a São João Paulo II (cf. *Dives in misericórdia*), sendo o fundamento de todos os jubileus, mas coube a Francisco proclamar um voltado especificamente a ela: “Jesus Cristo é o rosto da misericórdia do Pai. O mistério da fé cristã parece encontrar nestas palavras a sua síntese [...] O Pai, ‘rico em misericórdia’ (Ef 2, 4) [...] mandou o seu Filho, nascido da Virgem Maria, para nos revelar, de modo definitivo, o seu amor” (*Misericordiae Vultus*, MV 1). E, da misericórdia, brota a esperança: “Com efeito, a esperança nasce do amor e funda-se no amor que brota do Coração de Jesus trespassado na cruz [...] Esta esperança não cede nas dificuldades: funda-se na fé e é alimentada pela caridade, permitindo assim avançar na vida” (*Spes non confundit*, SNC 3)

**Para um mundo ainda mais carente de Deus.** Um cético veria em tudo isso apenas um esforço da Igreja para recuperar, ao menos em parte, o prestígio perdido ao longo do século XIX e no confronto com a Modernidade. Um olhar orientado pela fé, contudo, vai além. Quanto mais a sociedade se perde na pretensão da autossuficiência, mais as pessoas perdem a capacidade de se descobrir amadas e capazes de amar, vítimas de um realismo desesperançado que vê as conquistas da ciência se tornarem instrumentos de destruição, crise ambiental e manipulação das consciências. Nesse cenário, é ainda mais importante o anúncio de um amor que é misericórdia, que não trará imediatamente uma sociedade na qual seja restabelecida a justiça, os pobres sejam saciados e a natureza descanse (como previa o jubileu judaico), mas permitirá que cada um de nós realize mais plenamente sua humanidade, tornando-nos mais capazes de lutar por esse mundo ideal.

Vincent van Gogh, Ramo de amêndoa florescendo em um copo (1888). Fonte: The Yorck Project, Wikimedia.



**É a frágil flor da esperança que sustenta nosso peregrinar.** “Charles Péguy escreveu que a esperança é a irmã mais nova, despercebida, que é segura pela mão das irmãs mais velhas, que são a fé e a caridade, mas, diz ele, dirigindo-se a nós: ‘Tolos, crentes insensatos que não se dão conta de que não são a fé e a caridade que arrastam a esperança. O oposto é verdadeiro, é a esperança que impulsiona a fé e a caridade.’ Sem esperança não podemos compreender o essencial da vida [...] Se quisermos ser capazes de proclamar nossa fé hoje, parece-me que devemos falar em esperança. E o desafio é grande. Precisamente porque não sabemos muito sobre ela. O que é a esperança? É verdade que precisamos de esperança? É verdade que ‘a esperança não decepciona’? E por que ela não decepciona? [...] Tais perguntas só podem ser respondidas num caminho. É por isso que somos peregrinos. Trata-se de uma jornada pessoal e de toda a Igreja, uma jornada da humanidade num período como este [...] O grande trabalho a que agora somos chamados é o anúncio da esperança. Mas, essa é uma grande intuição do Papa na bula, o anúncio da esperança está intimamente ligado aos sinais de esperança que somos chamados a realizar. [...] Ao falar de esperança, ao anunciar esperança, devemos também ser capazes de dar, oferecer, participar, colocar em prática sinais concretos de esperança” (Extraído da apresentação oral de Dom Rino Fisichella, Pró-Prefeito do Dicastério para a Evangelização, no Painel O Jubileu 2025, no Meeting de Rimini 2024).